

# Gradação de composicionalidade: um estudo de caso com expressões idiomáticas e ditados populares

(Compositionality degrees: a case study with idioms and popular sayings)

Marina Chiara Legroski<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas – Universidade Federal do Paraná (UFPR)

marinalegroski@gmail.com

**Abstract:** This paper discusses the meaning of proverbs and idioms from a formal bias, understanding that this kind of phenomenon has metaphorical features that are necessary for their meaning. From the treatment given by formal theories of metaphor, it is possible to account this kind of expression in a formal bias. But if the meaning of these expressions can be recovered by metaphor, there is some meaning that can be captured on the compositional configuration of the expression that, although it is not the consensual meaning, can be a starting point to address the phenomenon. Thus, the compositionality of these expressions can be somewhat measured and can serve to differentiate idioms from popular sayings.

**Keywords:** compositionality, sayings, idioms.

**Resumo:** Este trabalho pretende discutir a significação de ditados populares e expressões idiomáticas a partir de uma perspectiva formal, entendendo que esse tipo de fenômeno possui traços metafóricos que são necessários para seu processamento de significado. A partir do tratamento que as teorias formais dão para a metáfora, é possível tratar esse tipo de expressão de uma maneira formal. Ora, se o significado dessas expressões pode ser recuperado por meio da metáfora, há algum significado que pode ser capturado da configuração composicional da expressão que, ainda que não seja o significado consensual, pode ser um ponto de partida para abordar o fenômeno. Assim, a composicionalidade dessas expressões pode ser, de certa forma, avaliada e pode servir para diferenciar expressões idiomáticas de ditados populares.

**Palavras-chave:** composicionalidade; ditados populares; expressões idiomáticas.

## Introdução

Aparentemente, os ditados populares não se comportam como as expressões idiomáticas, principalmente no que diz respeito à sua configuração sintática. Apesar de não haver uma linha que separe completamente um fenômeno do outro – pelo contrário: a literatura, por vezes, acaba juntando os dois nas mesmas categorias –, é possível operar com alguma distinção.

Em geral, um falante conseguiria distinguir uma coisa da outra de uma forma intuitiva. Essa distinção se daria, basicamente, em termos sintáticos. Assim, *grosso modo*, uma expressão idiomática (EI) prototípica seria aquela que se apresenta como uma locução verbal sem sujeito, enquanto um ditado popular (DP) seria uma sentença completa.

Apesar disso, como veremos adiante, a sintaxe não parece ter muita coisa a dizer sobre esse tipo de fenômeno e acaba por deixar a tarefa para a semântica. O que este trabalho quer apresentar, em primeiro lugar, é a hipótese defendida por mim em Legroski (2011) a respeito do processamento do significado de um ditado popular. Nesse trabalho, afirmei

que ele se daria de uma maneira análoga ao que acontece com a metáfora: um processamento não literal cuja origem pode ser, contudo, recuperada em alguma medida.

Essa constatação, no entanto, traz um novo problema: se o significado pode ser capturado, por meio de cálculos semelhantes aos feitos para a metáfora, isso se deveria ao fato de que o significado de um DP não é completamente não-composicional, como a literatura costuma entender,<sup>1</sup> mas que há *algum* significado que é dado pela soma das partes. Ainda que não se possa advogar que o significado composicional seja o significado de fato daquela expressão, ele parece ser o ponto de partida para o significado metafórico que está ancorado nele.

É assim que surge a principal hipótese deste trabalho: haveria como falarmos em “graus de composicionalidade”, uma vez que, ao confrontarmos os DPs com as EIs, estas parecem ser mais opacas do que aqueles? Vamos considerar, como exemplo, a sentença abaixo:

(01) Águas passadas não movem moinhos.

Parece ser necessário compreender o que é literal nessa sentença para podermos ancorar – contextual ou discursivamente – o seu significado metafórico. Assim, a depender do que foi enunciado antes, essa sentença poderia ser utilizada com diversos significados possíveis (de “não adianta lembrar este problema” a “o que passou não volta mais”). Esse não parece ser o caso de uma EI como “dor de cotovelo” ou “chutar o pau da barraca”: essas expressões têm um uso mais restrito, uma significação mais estável e que parece não poder ser recuperada pela soma de seus componentes – ou seja, seriam de fato não-composicionais.

Pensar em graduação de composicionalidade não é exatamente uma hipótese inédita, mas, de certa forma, ela não está plenamente desenvolvida. Se pensarmos na composicionalidade não como função apenas do significado, mas também da estrutura da sentença, a partir de diferentes graus de coesão entre as partes de uma expressão, isso nos permitiria entender o que acontece com esse fenômeno. Além disso, permitiria pensar se essa coesão está apenas no nível semântico ou também no nível da estrutura da sentença. Podemos, por exemplo, alterar algumas partes de um DP, dizendo “a boiada inteira foi pro brejo” ou “em casa de ferreiro, nem espeto tem”, mas que não podemos fazer alterações muito graves em EIs, sob a pena de não recuperarmos mais seu significado não-composicional – casos como “ela está com dor *nos* cotovelos” ou “ele chutou *a lenha* da barraca”, que poderiam não ser recuperados por alguns falantes.

Assim, parece interessante o que podemos descobrir confrontando esses dois tipos de expressão e, como afirmei, haveria um ganho ao assumirmos que há diferentes graus de composicionalidade. Neste trabalho, então, discutiremos o princípio de composicionalidade e, em seguida, apresentaremos alguns testes que parecem corroborar a nossa hipótese.

## Graus de composicionalidade

O princípio de composicionalidade é atribuído a Frege (1892) e postula que os significados de sentenças (e quaisquer outras expressões com mais de um termo) seriam

<sup>1</sup> Nunberg, Sag e Wasow (1994) citam, por exemplo, os trabalhos de Katz e Postal (1963), Fraser (1970), Katz (1973), Chomsky (1980), Machonis (1985) e van der Linden (1992).

funções do significado das suas partes e da relação que as estrutura. Ou seja, o significado de uma sentença seria uma espécie de “soma” dos significados de seus componentes. Embora esse princípio seja comumente atribuído a Frege, ele não o enunciou da maneira como o conhecemos. De acordo com Bart Geurts (2006, p. 01), “é sabido que em nenhum lugar de seus textos Frege apoia esse princípio em tantas palavras”.

A discussão em Legroski (2011) é completamente permeada pela questão da composicionalidade. Ao analisar dados que seriam categorizados como expressões idiomáticas e, ao confrontá-los com os ditados populares quanto ao seu funcionamento semântico e sintático, nos demos conta de que nem todos se comportam da mesma forma: enquanto algumas expressões trazem em si uma “coesão interna” muito forte, que não permite nenhum tipo de alteração (seja ela em qualquer nível), outras parecem mais flexíveis e suscetíveis a alterações.

Esse tipo de constatação não é inédito, conforme podemos observar em Ribeiro (2008). Segundo ele, “conforme Nunberg, Sag e Wasow (1994), definir todas as expressões idiomáticas como semanticamente não-composicionais é um equívoco, pois a maior parte delas distribui o seu sentido entre as partes” (RIBEIRO, 2008, p. 02). Dessa forma, expressões cujo significado possa ser entendido como completamente não-composicional são raras.

Por outro lado, apesar de esse ser um princípio subjacente da semântica, olhar para a língua e esperar que ela sempre se comporte composicionalmente não é algo trivial. Por conta disso, alguns teóricos têm tentado reformular esse critério.

[...] como muitos autores assinalam, o princípio de composicionalidade é algo vago e impreciso, pelo que suscita numerosas questões (ver David Nicolas, 2006). Por exemplo: 1. O que é uma “parte”? Corresponde necessariamente a parte imediata como numa teoria sintática elementar (constituente imediato)? 2. Em que consiste o “sentido de uma expressão”? O emprego do definido em “o sentido de uma expressão” implica unicidade? Isto é, pressupõe-se que cada expressão complexa tem um sentido e um modo de combinação únicos? 3. O que significa “complexa” em “uma expressão complexa”? Trata-se de complexidade sintática? (VALENTIM, 2009, p. 39-40)

Esses questionamentos procuram critérios mais específicos para saber o que esperar do princípio de composicionalidade. Além dessas questões, cabem também as elencadas por Barbara H. Partee (2004):

No que segue, eu focalizarei principalmente os seguintes tipos de diferenças (não exaustivamente): 1) a natureza dos ‘significados’: [seriam] objetos de modelos teóricos ou representações linguísticas de algum tipo? Funções de contexto (o que são estes? Eles incluem atribuições de variáveis?) a intensões? 2) suposições sobre a sintaxe: ela precisa ser “motivada independentemente”? Ou é a própria composicionalidade uma de suas restrições? A relevante relação parte-todo é “configuracional” ou “derivacional” (regra-por-regra)? (cf. BACH 1976) Que tipos de abstrações e invisibilidades são permitidas? 3) na interpretação de ‘é uma função de’: quão localmente a composicionalidade age? Que tipos de função são permitidos, e existem restrições sobre que tipo de funções interpretam que tipos de combinações sintáticas? (cf. PARTEE, 1979a, 1979b; LANDMAN; MOERDIJK, 1983; SAG; KLEIN, 1982). A composicionalidade é pura e necessariamente “debaixo para cima”? As funções precisam ser de um valor único e, caso sejam, como a ambiguidade

e a dependência de contexto são permitidas? A funcionalidade impede níveis intermediários não dispensáveis de representação? (PARTEE, 2004, p. 154)<sup>2</sup>

Conforme nota a autora, diferentes respostas a essas perguntas refletem diferentes versões ou visões do princípio. Valentim (2009, p. 41) salienta que “muitas [...] discussões falham por falta de precisão: discute-se se o princípio de composicionalidade é ou não é válido em si, e não se este princípio pode ou não pode ser coerentemente adotado num dado modelo teórico”, ou seja, não se discute se a composicionalidade é uma característica do objeto ou um mecanismo da teoria. Além disso, essa autora reforça a observação de que o princípio, em si, não diz nada a respeito do que seja “significado” nem sobre o que são as “partes da expressão”, o que torna esse princípio válido apenas “no interior de uma teoria semântica precisa ou de uma teoria sintática que dê resposta a estas interrogações” (2009, p. 41).

Partee (2004) aponta duas possibilidades de responder a esses questionamentos: a primeira seria a oferecida por Montague (1970,<sup>3</sup> apud Partee (2004)), que ficou conhecida como a “versão forte do princípio de composicionalidade”. Para Montague, de acordo com Partee (2004), tanto faz o que você chama de significado, desde que eles “formem uma álgebra homomórfica à álgebra sintática (‘níveis intermediários’ precisam, portanto, ser dispensáveis de saída)”<sup>4</sup> (2004, p. 154). Mais especificamente, afirma a autora, “significados” seriam funções de mundos possíveis e contextos de uso (identificados com os tipos *e* e *t*).

Além disso, para esse teórico, segundo a autora,

[...] a sintaxe é dada como uma caracterização algébrica de uma língua livre de ambiguidades mais uma “relação de ambiguação”, sem restrições à substância das operações sintáticas. O princípio de composicionalidade é uma restrição fundamental na construção gramatical; Montague não estava interessado na sintaxe ‘exceto como preliminar para a semântica’, e acreditava que a evidência sintática sozinha era improvável que determinasse uma sintaxe única. (PARTEE, 2004, p. 155)<sup>5</sup>

Ela ainda responde às perguntas que havia colocado antes (e que citamos acima), mas entendemos que essas questões não vêm ao caso neste trabalho. Antes, interessa-nos que, de fato, respostas diferentes levam a versões diferentes do princípio de composicionalidade. Isso se verifica nas outras possibilidades de resposta que Partee (2004) elencou dentro do

---

2 Texto original: In what follows, I will be focusing mainly on the following kinds of differences (not exhaustive): (1) in the nature of “meanings”: model-theoretic objects or linguistic representations of some sort? Intensions? Functions from contexts (what are those? do they include assignments to free variables?) to intensions? (2) in assumptions about the syntax: must it be “independently motivated?” or is compositionality itself one of the constraints? Is the relevant part-whole relation “configurational” or “derivational” (“rule-by-rule”)? (cf. BACH 1976.) What kinds of abstractness and invisibilia are allowed? (3) in the construal of “is a function of”: how locally must compositionality hold? What kinds of functions are allowed, and are there constraints on what kinds of functions interpret what kinds of syntactic combinations? (cf. PARTEE, 1979a, 1979b; LANDMAN; MOERDIJK, 1983; SAG; KLEIN, 1982.) Is compositionality necessarily purely “bottom-up”? Must the functions be single-valued, and if so, how are ambiguity and context-dependence allowed for? Does functionality preclude non-dispensable intermediate levels of representation?

3 completar a ref do Montagne.

4 Meanings can be anything you like, as long as they form an algebra homomorphic to the syntactic algebra. (“Intermediate levels” must therefore be in principle dispensable.)

5 Texto original: The syntax is given as an algebraic characterization of a disambiguated language plus an “ambiguating relation”, with no constraints on the substance of the syntactic operations. The compositionality principle is a fundamental constraint on grammar construction; Montague was not interested in syntax “except as a preliminary to semantics”, and believed that syntactic evidence alone was unlikely to determine a unique syntax.

que chamou de “alternativas teóricas”. Uma dessas alternativas, por exemplo, entende que “significados” seriam representações semânticas em formas lógicas (segundo a autora, essa seria a visão de Katz e Fodor (1963), Katz (1972) e Jackendoff (1972)). Segundo ela,

O princípio de composicionalidade pode ainda ser formulado nesses sistemas, mas ele se torna, então, uma noção muito mais sintática; basicamente, uma restrição nas regras de tradução que mapeiam representações sintáticas em semânticas. É difícil comparar estes sistemas diretamente com a semântica de teoria de modelos, embora alguém possa dizer, provavelmente, que a teoria de Jackendoff era menos composicional localmente (dado que algumas partes da sua interpretação semântica eram determinadas pela estrutura profunda, e outras pela estrutura superficial) que a de Fodor e Katz (um modelo primitivo de interpretação “regra-a-regra”).<sup>6</sup> (PARTEE, 2004, p. 156)

Além disso, Partee (2004) sinaliza para o interessante fato de que a interpretação montagoviana do princípio de composicionalidade encontra um problema ao se deparar com a explicação tradicional dispensada às expressões idiomáticas (e mesmo outros fenômenos da língua, tais como expletivos e construções com os chamados “verbos emergentes”), que geralmente postula que os termos individuais não possuem significado *per se*, apenas o conjunto é que tem significado. Para ela, no entanto,

É possível manter a composicionalidade para estes casos provendo significados especiais para os pedaços “sem significado” (ver Sag (1982); Sag e Klein (1982)). Mas deveria se considerar, também, a possibilidade que um tratamento menos composicional, mas mais natural (análogo ao de Bresnan), pudesse ser alcançado na gramática de Montague com um nível de tradução não dispensável que contivesse “constantes expletivas” sem interpretações fixas próprias, mas sujeitas a postulados de significados que especificassem os significados das unidades maiores que as contém.<sup>7</sup> (PARTEE, 2004, p. 158)

Assim, não teríamos um significado “fixo” para cada termo que estivesse em uma expressão idiomática, mas cada um deles seria uma variável. Por outro lado, isso não daria conta do que se passa no interior de um ditado popular que, como vimos na seção anterior, parece possuir ligeiras diferenças em relação a esse tipo de expressão. Novamente, apresentamos um tipo de questionamento que, conforme Valentim (2009) critica, é casuístico, no sentido de que os argumentos utilizados para criticar o princípio quase sempre “referem-se a fatos das línguas que violam o princípio de composicionalidade. É exemplo disto a análise de certas ambiguidades semânticas (...) que se entende [que] não entram no jogo da composicionalidade nem se submetem às regras semânticas” (VALENTIM, 2009, p. 41-42).

---

6 Texto original: The compositionality principle can still be formulated for such systems, but it then becomes a much more syntactic notion, basically a constraint on the translation rules which map syntactic representations on to semantic ones. It is difficult to compare such systems straightforwardly with model-theoretic semantics, although one can probably say that Jackendoff’s theory was less locally compositional (given that some parts of semantic interpretation were to be determined at deep structure, others at surface structure) than that of Fodor and Katz (an early model of “rule-by-rule” interpretation).

7 Texto original: It is possible to maintain compositionality for such cases by providing special meanings for the “meaningless” pieces (see Sag 1982; Sag and Klein 1982). But one should also consider the possibility that a less compositional but more natural treatment (analogous to Bresnan’s) might be achieved in a Montague grammar with a non-dispensable level of translation containing “dummy constants” with no fixed interpretations of their own but subject to meaning postulates specifying the meanings of the relevant larger units that contain them.

Apesar disso, nos parece interessante confrontar esse tipo de princípio por diversos motivos, mas principalmente por entendermos que, em sendo algo tão fundamental das teorias semânticas, o princípio de composicionalidade parece precisar ser mais trabalhado e, talvez, até mesmo reformulado, para que possa dar conta de mais fenômenos. Partee (2004) afirma acreditar que não existem soluções completamente satisfatórias nem com o princípio de composicionalidade, nem com quadros teóricos semelhantes aos de Montague para dar conta de alguns fenômenos. Para a autora, os problemas que ela aponta não afetam a funcionalidade do princípio:

Eu assumo a vantagem de se tentar trabalhar com teorias altamente restritas e bem estabelecidas, e a restrição de composicionalidade é uma das forças diretivas no recente progresso da semântica. Mas, como eu tentei enfatizar, existem, a princípio, muitas versões dele, e quanto mais apertada uma restrição for, há mais chances de que ela entre em conflito com outras restrições.<sup>8</sup> (PARTEE, 2004, p. 174)

Apesar de parecer oportunista da minha parte, vou considerar este um ponto de partida para começar a pensar na gradação de composicionalidade. Como disse anteriormente, esse não é um raciocínio novo ou inédito, mas vale a pena pensarmos a respeito dessa questão, principalmente quando nos deparamos com alguns dados.

Nunberg, Sag e Wasow (1994) também não partem da premissa de que o princípio de composicionalidade seja ponto pacífico dentro dos estudos sintáticos e semânticos:

Nossa conclusão será a de que as expressões idiomáticas não fornecem evidências se comportando de um jeito ou de outro em tais questões sintáticas. Como mostraremos, existem razões convincentes para acreditar que a maioria das expressões idiomáticas são, de fato, semanticamente composicionais, e que o próprio fenômeno da composicionalidade é de natureza semântica. Muito da literatura sobre a sintaxe das expressões idiomáticas é, assim, baseada na concepção equivocada de que não existe composicionalidade semântica.<sup>9</sup> (NUNBERG; SAG; WASOW, 1994, p. 491)

Essa é, praticamente, uma confirmação da hipótese de Partee (2004) de que a definição da composicionalidade tem muito a dizer sobre uma teoria, embora nos pareça um equívoco da teoria gerativa ter imaginado que o critério para explicar esse tipo de expressão fosse, unicamente, semântico (principalmente pelo tipo de história que a gramática gerativa apresenta com a semântica<sup>10</sup>). Por outro lado, nos interessa a concessão dos sintaticistas a respeito da existência da composicionalidade semântica.

Ribeiro (2008), por exemplo, pretende trabalhar com a hipótese de que mesmo as expressões consideradas não-composicionais possuem algum grau de composicionalidade.

---

8 No original: I take the fruitfulness of trying to work within highly constrained theories as well established, and the compositionality constraint as one of the driving forces in recent progress in semantics. But as I have tried to emphasize, there are in principle many versions of it, and the tighter a constraint one makes it, the more chances there are that it will come into conflict with other constraints.

9 No original: Our conclusion will be that idioms provide no evidence bearing one way or the other on such syntactic issues. As we will show, there are compelling reasons to believe that the majority of phrasal idioms are in fact semantically compositional, and that the very phenomenon of idiomaticity is fundamentally semantic in nature. Much of the literature on the syntax of idioms is thus based on the misconception that no such semantic compositionality exists.

10 Conferir, a esse respeito, capítulo “O empreendimento gerativo”, de autoria do professor José Borges Neto, In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à Lingüística: fundamentos epistemológicos*. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004.

Segundo ele, “embora ‘denotem conceitos semelhantes’, estes predicados possuem estrutura semântica própria – e, portanto, ‘composicionalidade’ – do ponto de vista de suas propriedades aspectuais.” (RIBEIRO, 2008, p. 02). A sua hipótese é a de que expressões com o “mesmo significado” apresentam comportamento sintático e semântico diferente, como seria o caso de “bater as botas” e “abotoar o paletó” (que, ainda, se comportam de forma diferente de morrer)

Ora, da maneira como entendemos, aspecto é uma característica observada na semântica. Assim, cabe perguntar se, mesmo tendo um comportamento aspectual diferente, pode-se afirmar que as expressões possuam o mesmo significado. No entanto, a análise que o autor pretende fazer está pautada nas considerações de Nunberg, Sag e Wasow (1994) sobre a existência de certa “distribuição de significado” entre as partes da sentença. Assim, Ribeiro observa que

Se analisarmos os verbos [...] *bater* e *abotoar*, veremos logo que o tipo de situação veiculada pelas expressões idiomáticas não é, ao menos exclusivamente, resultado da presença de um traço aspectual derivado destes itens lexicais. Ainda assim, pode-se, no caso de *bater as botas*, atribuir o caráter de *achievement* do predicado aos componentes de sentido de *bater*: temos aqui, de fato, um verbo que tipicamente apresenta um traço de instantaneidade, aparecendo normalmente em semelfactivos [...] Já o verbo *abotoar* denota geralmente um processo [...] e, portanto, não apresenta o mesmo traço aspectual da expressão idiomática correspondente. Da mesma forma, não se pode atribuir somente ao NP *o paletó* a resposta para a diferença aspectual, já que podemos usá-lo em outros contextos, sem leitura idiomática, com um tipo de situação que envolve processo [...]. (RIBEIRO, 2008, p. 08)

Assim, o autor conclui que o aspecto de *achievement* de “bater as botas” é herdado do verbo “bater”, enquanto um aspecto de duração de “abotoar o paletó” está relacionado a “o paletó” (que o autor trata como sendo “um conjunto de botões”, apesar de parecer um significado extremamente contextual e *ad hoc*). Para ele, então, “embora a ‘composicionalidade semântica’ destas expressões não se reflita em sua sintaxe [...], ainda assim pode ser identificada por meio de uma análise da relação entre seus elementos de sentido e seus elementos de forma” (2008, p. 09). E, ainda, que “mesmo expressões idiomáticas consideradas não-composicionais podem possuir uma estrutura conceitual com algum grau de complexidade de sentido, o que indica algum nível de composicionalidade semântica” (2008, p. 10).

### Alguns testes

A proposta de Nunberg, Sag e Wasow (1994) nos parece interessante, ainda que as considerações de Ribeiro (2008) pareçam um pouco precipitadas. Por outro lado, o que este traços do significado da expressão como um todo, mas apresentar como elas parecem se comportar de forma diferente.

A fim de demonstrar que ditados populares e expressões idiomáticas se comportam de forma diferente sintática e semanticamente, pretendemos elencar alguns testes. A nossa intuição (um pouco treinada, mas, ainda, uma intuição) nos faz crer que há diferenças, mas os testes servirão para dizer onde elas estão e de que forma se apresentam, além de pretender evidenciar que tipo de implicações essas diferenças podem ter.

Assim, o primeiro desses testes pretende operar no nível morfossintático: vamos testar três EIs, submetendo-as a flexões verbais de perfeito, futuro, condicional, presente, gerúndio e imperfeito, para observar até que ponto a morfossintaxe dessas expressões pode ser alterada. A escolha desses tempos verbais foi direcionada para que os aspectos iterativo, perfectivo e imperfectivo fossem contemplados.

(02) **Bater as botas**

- (a) João bateu as botas.
- (b) O médico disse que João baterá as botas se não parar de fumar.
- (c) Se não quiser bater as botas, é melhor não se arriscar.
- (d) ? João bate as botas.<sup>11</sup>
- (e) João está batendo as botas.
- (f) ? João batia as botas.

(03) **Quebrar a cabeça.**

- (a) Maria quebrou a cabeça com o problema.
- (b) Maria quebrará a cabeça com o trabalho de morfologia.
- (c) Se a Maria quebrar a cabeça, quem sabe resolva o problema.
- (d) A Maria quebra a cabeça toda vez para resolver equações.
- (e) Maria está quebrando a cabeça com matemática na escola.
- (f) Maria quebrava a cabeça com problemas de física.

(04) **Dar com os burros n'água.**

- (a) Pedro queria arrumar um emprego novo, mas deu com os burros n'água.
- (b) Pedro dará com os burros n'água quando tentar fazer isso.
- (c) Se Pedro der com os burros n'água, eu estarei lá pra apoiar.
- (d) Pedro dá com os burros n'água toda vez que começa um novo negócio.
- (e) Pedro está dando com os burros n'água outra vez.
- (f) Pedro sempre dava com os burros n'água antes de aprender computação.

Aparentemente, há certa liberdade na morfologia de flexão verbal das sentenças acima e o significado das expressões idiomáticas não se altera com a mudança do tempo verbal. No entanto, no imperfectivo (presente e imperfeito), com ideia de continuidade, “*bater as botas*” parece perder o significado não-composicional. Isso se deve, como apontou Ribeiro (2008), possivelmente ao significado pontual do evento que é denotado “*bater as botas*”.

Outro teste comum na literatura é o de encaixar modificadores do verbo na expressão, para verificar se alguma modificação sintática compromete o sentido das expressões. Neste trabalho, operaremos com o que a gramática tradicional costuma chamar de “advérbio de tempo” e “de modo”.

---

<sup>11</sup> Na literatura, é frequente a utilização do ponto de interrogação para indicar estranhamento dos níveis semântico ou pragmático. Para fins deste trabalho, utilizaremos o ponto de interrogação quando o significado não composicional da expressão não for mantido ou quando for, pelo menos, parcialmente perdido, mesmo que a expressão seja semântica e pragmaticamente aceita para o significado composicional.

(05) **Bater as botas**

- (g) João bateu *muito cedo* as botas.
- (h) O médico disse que João baterá *aos poucos* as botas se não parar de fumar.

(06) **Quebrar a cabeça.**

- (g) Maria quebrou *muito cedo* a cabeça com o problema.
- (h) Maria quebrará *aos poucos* a cabeça com a dissertação de mestrado.

(07) **Dar com os burros n'água.**

- (g) Pedro queria arrumar um emprego novo, mas deu *muito cedo* com os burros n'água.
- (h) Pedro dará *aos poucos* com os burros n'água quando tentar fazer isso.

Aparentemente, as sentenças apresentam o mesmo grau de aceitabilidade. Outro teste possível, sugerido por Biderman (2005), tem a ver com alterar a flexão de número das expressões. Segundo a autora, algumas expressões cristalizadas sem verbo não sofrem flexão de número (algumas, como “*comunhão de bens*”, não podem ser usadas no singular; outras, como “*mercado negro*”, não podem ser usadas no plural; e, ainda, outras são híbridas, como “*aos pés de/ ao pé de*”) (2005, p. 753). Como se trata de um teste morfológico interessante, vamos reproduzi-lo com algumas expressões do tipo verbo+complemento e verificar se a flexão de número altera seu significado.

- (08) Ficar a ver navios / ? Ficar a ver navio
- (09) Pegar com as calças curtas / ? Pegar com a calça curta
- (10) Fazer nas coxas / ? Fazer na coxa
- (11) ?Dourar as pílulas/ Dourar a pílula
- (12) ?Comprar gatos por lebres / Comprar gato por lebre
- (13) ? A dar com os pés / A dar com o pé
- (14) Falar pelos cotovelos / Falar pelo cotovelo
- (15) Deixar as barbas de molho / Deixar a barba de molho
- (16) Ir pentear macacos / Ir pentear macaco

O comportamento flexional observado por Biderman (2005) se repete, pois há EIs que podem ser utilizadas nos dois números, EIs que só podem ser utilizadas no singular e outras, só no plural.

Além disso, cabem algumas observações a respeito da estrutura sintática das expressões. Segundo Figueiredo Silva (2006), “enquanto os elementos de um sintagma podem ser separados por certos processos sintáticos, os elementos que integram um composto nunca podem sofrer qualquer desses processos” (p. 03). A fim de testar essa hipótese, vejamos alguns testes sintáticos padrão para verificar a cristalização ou não de algumas expressões idiomáticas. O primeiro desses testes é a topicalização, no qual oporemos afirmação e negação:

- (17) A ver navios, João não ficou. / A ver navios, João ficou.
- (18) De mãos abanando, João não chegou. / De mãos abanando, João chegou.
- (19) As barbas de molho, João não deixou. / As barbas de molho, João deixou.
- (20) ?A pílula, Maria não dourou. / ?A pílula, Maria dourou.

O significado não-composicional não parece afetado, principalmente em (20). Em (17), (18) e (19), na afirmação, o sentido composicional fica um pouco mais embaçado do que na negação, mas ainda assim o significado não-composicional parece permanecer. Por outro lado, quando transformamos as sentenças em perguntas, o significado não-composicional parece perdido.

- (21) ? Que navios João ficou a ver?
- (22) ? Que mãos João chegou abanando?
- (23) ? Que barbas João deixou de molho?
- (24) Que pílula foi dourada por Maria?

Nesses casos, podemos pensar em algum contexto que permita a utilização dessas sentenças, como, por exemplo, se pensarmos que o interlocutor quer saber o que foi, exatamente, que João perdeu, ou que ficou esperando, ou que realidade Maria mascarou. No entanto, vemos que a não-composicionalidade do sentido parece estar diretamente ligada ao engessamento da estrutura, ou seja, modificações sintáticas não são permitidas sem que se altere, substancialmente, o significado idiomático da expressão.

Apesar dos testes, no entanto, podemos afirmar que a flexão é permitida pelo comportamento do verbo, uma vez que muitas das expressões estão com o verbo no infinitivo, o que parece tornar evidente que eles possam ser submetidos à flexão sem que se comprometa o sentido não composicional da EI.

Acima, mencionamos muito rapidamente as características aspectuais dos tempos verbais submetidos ao teste. No entanto, a estranheza que encontramos no teste (02) se deveu à incompatibilidade do aspecto do verbo com a natureza do evento denotado. O teste, repetido como (25) abaixo, trouxe uma expressão que denota um evento que necessariamente apresentará uma culminação, enquanto (03), repetido como (26) abaixo, traz um evento sem culminação, uma “atividade”.

(25) **Bater as botas**

- (i) João bateu as botas.
- (j) O médico disse que João baterá as botas se não parar de fumar.
- (k) Se não quiser bater as botas, é melhor não se arriscar.
- (l) ? João bate as botas
- (m) João está batendo as botas.
- (n) ? João batia as botas.

(26) **Quebrar a cabeça.**

- (i) Maria quebrou a cabeça com o problema.
- (j) Maria quebrará a cabeça com o trabalho de morfologia.
- (k) Se a Maria quebrar a cabeça, quem sabe resolva o problema.
- (l) A Maria quebra a cabeça toda vez para resolver equações.
- (m) Maria está quebrando a cabeça com matemática na escola.
- (n) Maria quebrava a cabeça com problemas de física.

Além desses, ainda outro teste poderia ser interessante: efetuar a troca de alguns itens lexicais por outros do mesmo campo semântico, para verificar se o sentido se mantém. Nesse teste, ignoraremos as categorias lexicais e executaremos a troca no foco da sentença.<sup>12</sup>

- (27) Ficar a ver navios /? barcos / ? lanchas
- (28) Chegar de mãos abanando / ? mãos chacoalhando / ? mãos balançando
- (29) Dourar a pílula / ? o comprimido / ? a cápsula
- (30) Comprar gato por lebre / ? gato por cão / ? gato por coelho

Todas as trocas vocabulares foram mal-sucedidas, resultando em expressões ou estranhas, ou de significado não composicional (utilizamos asterisco para marcar a perda de composicionalidade, e não sua agramaticalidade, como é praxe). Apesar de os resultados serem esperados para essas expressões, esse teste demonstra que as partes da sentença não contêm partes do significado, numa correspondência unívoca, como aponta Ribeiro (2008). Se assim fosse, sem alterar drasticamente o significado do item lexical, a EI poderia continuar com a sua leitura não-composicional.

Além das EIs, este trabalho pretende analisar também alguns ditados populares. Assim, os mesmos testes realizados com aquelas serão realizados com estes, na mesma ordem que anteriormente, a fim de nos fornecer dados para serem confrontados. O primeiro teste é aquele em que se flexiona o verbo:

- (31) **Quem não tem cão, caça com gato.**
  - (a) ? Quem não teve cão, caçou com gato.
  - (b) ? Quem não terá cão, caçará com gato.
  - (c) Quem não tiver cão, que cace com gato.
  - (d) Quem não tem cão, está caçando com gato.
  - (e) Quem não tinha cão, caçava com gato.
- (32) **À noite, todos os gatos são pardos.**
  - (a) ? À noite, todos os gatos eram pardos.
  - (b) À noite, todos os gatos serão pardos.
  - (c) À noite, que todos os gatos sejam pardos.
  - (d) ? À noite, todos os gatos estão sendo pardos.
  - (e) À noite, todos os gatos foram pardos.
- (33) **De grão em grão, a galinha enche o papo.**
  - (a) De grão em grão, a galinha encheu o papo.
  - (b) De grão em grão, a galinha encherá o papo.
  - (c) Que de grão em grão, a galinha encha o papo

---

<sup>12</sup> Foco é um conceito semântico pragmático, que se opõe à noção de escopo. Segundo Meireles e Blühdorn (2007), “escopo é um conceito semântico que indica o alcance da ação de um operador”. Enquanto foco seria o equivalente do clássico *rema*, e indica “o componente de maior peso em termos de informatividade” (2007, p. 66). Utilizaremos a noção de foco em detrimento da de escopo porque “o foco não é pré-determinado; seu posicionamento está sempre relacionado a um operador semântico ou pragmático” (2007, p. 66).

- (d) De grão em grão, a galinha está enchendo o papo.
- (e) De grão em grão, a galinha enchia o papo.

Ainda que os resultados sejam bastante surpreendentes, alterações na morfologia verbal não parecem afetar consideravelmente o significado dos ditados populares. Em relação ao teste com os modificadores verbais, teremos o seguinte:

- (34) **Quem não tem cão, caça com gato.**
  - (a) Quem não tem cão, *sempre* caça com gato.
  - (b) Quem não tem cão, *pacientemente* caça com gato.
- (35) **De grão em grão, a galinha enche o papo.**
  - (a) De grão em grão, a galinha *sempre* enche o papo.
  - (b) De grão em grão, a galinha *pacientemente* enche o papo.

Novamente, as sentenças apresentam o mesmo grau de aceitabilidade e parecem não perder o significado. Em relação ao teste de flexão de número, observamos o mesmo padrão de comportamento:

- (36) À noite todos os gatos são pardos.
- (37) Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura. / ? Águas moles em pedras duras, tanto batem até que furam. / Água mole em pedras duras, tanto bate, até que fura.
- (38) As aparências enganam. / A aparência engana
- (39) Cão que ladra não morde. / Cães que ladram não mordem.
- (40) De grão em grão, a galinha enche o papo. / ? De grãos em grãos, as galinhas enchem o papo. / De grão em grão, as galinhas enchem o papo.
- (41) Depois da tempestade, sempre vem a bonança. / Depois das tempestades, sempre vêm as bonanças.
- (42) Em boca fechada não entra mosca. / Em bocas fechadas não entram moscas.
- (43) Em casa de ferreiro, espeto de pau. / Em casa de ferreiros, espetos de pau.
- (44) Gato escaldado tem medo de água fria. / Gatos escaldados têm medo de água fria.
- (45) Em terra de cego, quem tem um olho é rei. / Em terras de cegos, quem tem um olho é rei.
- (46) Os últimos serão os primeiros. / O último será o primeiro.
- (47) Papagaio come milho, periquito leva fama. / Papagaios comem milho, periquitos levam fama.
- (48) Quem semeia ventos, colhe tempestades. / Quem semeia vento, colhe tempestade.
- (49) Santo de casa não faz milagre. / Santos de casa não fazem milagres.

Ou seja, a flexão de número não parece alterar o significado dos ditados populares, mas o motivo nos parece bastante simples: deve-se ao significado genérico compartilhado pelo plural nu e pelo singular nu. Dessa forma, o significado se mantém intacto porque, como percebemos, DPs são expressões geralmente genéricas. Por outro lado, a estranheza percebida em (37) se deve ao fato de que pluralizamos nomes chamados de “massivos”, o que faz com que eles percam a característica de massivos e passem a ser entendidos como contáveis. Em (40), a questão parece ser a de que utilizamos *grão* como classificador (grão de arroz, grão de milho, grão de feijão) e que esse significado “atômico” e singular

parece ser essencial. De qualquer forma, alterar o número das sentenças não parece ter alterado seu significado, porque as estranhezas geradas se devem a características semânticas relacionadas não à sentença em si, mas ao próprio fenômeno semântico colocado em questão.

Quanto à modificação da estrutura sintática por topicalização, observamos o seguinte:

- (50) Com gato, caça quem não tem cão. / Com gato, (não) caça quem tem cão.
- (51) São pardos, todos os gatos à noite. / Não são pardos, todos os gatos à noite.
- (52) O papo, a galinha enche de grão em grão. / O papo, a galinha não enche de grão em grão.

Novamente, o significado não parece afetado. Por outro lado, transformando as sentenças em perguntas, parece que a interpretação idiomática se afeta.

- (53) Com que gato caça quem não tem cão?
- (54) À noite, são pardos quais gatos?
- (55) Que papo a galinha enche de grão em grão?

Da mesma forma que com as expressões idiomáticas, podemos pensar em algum contexto que permita a utilização dessas sentenças e, a exemplo do que os outros testes demonstraram, o significado não-composicional não parece completamente afetado. Aqui, ao contrário do que aconteceu com as expressões idiomáticas, a não-composicionalidade do significado não parece estar ligada ao engessamento da estrutura: as modificações sintáticas não alteram substancialmente o significado idiomático da expressão.

Para finalizar, o teste das trocas lexicais demonstra o mesmo que demonstrou para as expressões idiomáticas.

- (56) Quem não tem cão, caça com gato. / ? tigre / ? felino
- (57) À noite, todos os gatos são pardos. / ? escuros / ? castanhos
- (58) De grão em grão, a galinha enche o papo. / ? a barriga / ? o bucho
- (59) Em casa de ferreiro, o espeto é de pau. / ? de lenha / ? de madeira

Novamente, como aconteceu com as EIs, o significado não-composicional não se manteve quando efetuamos algumas trocas lexicais. Rapidamente, alguns falantes foram consultados e todos afirmaram que conseguiam perceber que “se tratava de um ditado, ainda que dito de uma forma estranha”, o que parece evidenciar alguma composicionalidade no cálculo do significado e, principalmente, que a interpretação metafórica continua.

### **Considerações finais**

Conforme vim tentando argumentar até aqui, o critério da composicionalidade não parece ser estático; ou seja, não é um critério que separa casos em conjuntos discretos (composicional ou não-composicional), mas parece colocar as expressões em um contínuo com dois polos. As expressões da língua, assim, se localizariam ao longo desse contínuo, algumas mais para um lado, outras mais para o outro: ditados populares seriam um pouco composicionais, expressões idiomáticas seriam menos composicionais.

Além disso, creio que os testes que vimos não parecem corroborar a intuição de Ribeiro (2008), uma vez que não parece possível encontrar, dentro de cada uma das expressões, a correspondência entre o significado literal e o metafórico, como ele pretendia. Pensemos, por exemplo, em um contexto no qual João trabalhou e ganhou pouco dinheiro. Nesse caso, podemos pensar que, ao enunciarmos “de grão em grão, a galinha enche o papo”, possamos encontrar uma correspondência entre “grão” e “pouco dinheiro” e “galinha” e “João”. No entanto, essa correspondência sempre será *ad hoc* e variável de acordo com o contexto e nem sempre será encontrada da mesma forma.

Parece-me, antes, mais interessante o posicionamento de Partee, que cito aqui novamente:

deveria se considerar, também, a possibilidade que um tratamento menos composicional, mas mais natural (análogo ao de Bresnan), pudesse ser alcançado na gramática de Montague com um nível de tradução não dispensável que contivesse “constantes expletivas” sem interpretações fixas próprias, mas sujeitas a postulados de significados que especificassem os significados das unidades maiores que as contém.<sup>13</sup> (2004, p. 158)

Dessa forma, dá-se, de saída, que as variáveis serão dependentes, mas trata-se a expressão como um todo, e não como subpartes metafóricas que encontram uma correspondência unívoca com subpartes literais (ou, ainda, com a situação enunciativa). Assim, cada expressão lexicalizada seria uma função cuja estrutura como um todo seria mais ou menos composicional. Essa parece uma saída mais justificável semanticamente e mais econômica do ponto de vista teórico.

Além disso, nos permitiria pensar em uma única categoria que englobasse DPs e EIs, dado que estas seriam menos composicionais e, aquelas, mais. Isso traria um ganho teórico, principalmente para tratamentos que entendem as expressões lexicalizadas como pertencentes ao mesmo grupo dentro do léxico.

## REFERÊNCIAS

BIDERMAN, M. T. C. Unidades complexas do léxico. In: RIO-TORTO, G.; FIGUEIREDO, O. M.; SILVA, F. (Orgs.). *Estudos em Homenagem ao professor Doutor Mário Vilela*. 1. ed. Porto, Portugal: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. v. II, p. 747-757.

BORGES NETO, J. O empreendimento gerativo. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. (Orgs.). *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004. p. 93-129.

FIGUEIREDO SILVA, M. C. Morfologia. *Material instrucional para o curso de Letras-Libras*. Florianópolis, 2006. cap. 4.[ms]

---

<sup>13</sup> Texto original: It is possible to maintain compositionality for such cases by providing special meanings for the “meaningless” pieces (see SAG, 1982; SAG and KLEIN, 1982). But one should also consider the possibility that a less compositional but more natural treatment (analogous to Bresnan’s) might be achieved in a Montague grammar with a non-dispensable level of translation containing “dummy constants” with no fixed interpretations of their own but subject to meaning postulates specifying the meanings of the relevant larger units that contain them.

FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix Editora da Universidade de São Paulo, [1892] 1978.

GEURTS, B. Compositionality: the real problem. In: GARTNER, H.-M.; BECK, S.; ECKARDT, R.; MUSAN, R.; STIEBELS, B. (Orgs.). *Between 40 and 60 puzzles for Krifka*. Berlin: Zentrum für Allgemeine Sprachwissenschaft, 2006. Disponível em: <<http://www.zas.gwz-berlin.de/fileadmin/material/40-60-puzzles-for-krifka/pdf/geurts.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2012.

LEGROSKI, M. C. *Quem não tem cão, caça com gato*: uma tentativa de tratamento dos ditados populares na Semântica Dinâmica. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em Letras. Área de Concentração: Linguística) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MEIRELES, S.; BLÜHDORN, H. Negação, prosódia e foco em diálogos do alemão. *Contingentia*, Porto Alegre, UFRGS, v. 2, p. 61-72, 2007. Disponível em: <<http://www.revistacontingentia.com>>. Acesso em: 04 maio 2012.

NUNBERG, G.; SAG, I.; WASOW, T. Idioms. *Language*, Stanford, v. 70, n. 3, p. 491-538, 1994.

PARTEE, B. H. *Compositionality in Formal Semantics*: selected papers by Barbara H. Partee. Oxford: Blackwell Publishin, 2004.

RIBEIRO, P. N. Composicionalidade semântica em expressões idiomáticas não-composicionais. In: CÍRCULO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO SUL, VIII, 2008, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2011, p. 1-11. Disponível em: <<http://tinyurl.com/7je2g7v>>. Acesso em: 16 nov. 2011.

VALENTIM, H. T. O Princípio de Composicionalidade: *divide et impera*. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Cadernos WGT*. Composicionalidade. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2009. p. 39-49. Disponível em: <<http://tinyurl.com/3n82q2y>>. Acesso em: 16 nov. 2011.